


Article

Entre o Verde e o Aço: Conflitos no Território do Parque Estadual do Rio Doce

Iesmy Elisa Gomes Mifarreg¹, Renata Bernardes Faria Campos², Haruf Salmen Espindola³,
Letícia Bandeira Rocha⁴, Débora Lúcia da Silva Leal⁵

¹ Mestre em Gestão Integrada do Território. Universidade Vale do Rio Doce. ORCID: 0000-0001-9737-6773. E-mail: lisamifarreg2@gmail.com

² Doutora em Entomologia. Docente na Universidade do Vale do Rio Doce. ORCID: 0000-0002-2046-3235. E-mail: renata.campos@univale.br

³ Doutor em História Econômica. Docente na Universidade do Vale do Rio Doce. ORCID: 0000-0003-4609-288X. E-mail: haruf@univale.br

⁴ Mestre em Gestão Integrada do Território. Universidade Vale do Rio Doce. ORCID: 0009-0007-9388-1781. E-mail: leticiabandeirarochoa@gmail.com

⁵ Mestre em Gestão Integrada do Território. Universidade Vale do Rio Doce. ORCID: 0009-0007-5181-2868. E-mail: debora.leal@univale.br

RESUMO

O Parque Estadual do Rio Doce (PERD) é a primeira unidade de conservação de proteção integral criada em Minas Gerais e está localizado entre os municípios de Timóteo, Marliéria e Dionísio, no Vale do Rio Doce, região marcada pela intensa atividade econômica e pelo histórico de exploração de recursos naturais. Nesse contexto, este estudo tem como objetivo principal analisar os conflitos ambientais envolvendo o PERD e sua ZA, considerando, para tanto, as tensões entre conservação ambiental, os interesses econômicos e a participação social. A pesquisa baseia-se na análise documental das atas do Conselho Consultivo do Parque, abrangendo o período de 2013 a 2021, e em fontes bibliográficas sobre a governança ambiental. Os resultados indicam que os principais conflitos estão relacionados à ocupação irregular, impactos provocados por grandes empreendimentos, como a Rodovia LMG 760 e o desastre da Samarco, além de desafios estruturais na participação social e na transparência da gestão do parque. A análise revela que a governança do PERD é influenciada por distintos grupos de interesse, cujas ações e disputas moldam a dinâmica de tomada de decisões no território, apontando, portanto, para a necessidade de fortalecer os mecanismos de governança participativa e de promover políticas públicas que conciliem a conservação ambiental com o desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: conflitos ambientais; unidades de conservação; governança ambiental.

ABSTRACT

The Rio Doce State Park (PERD) is the first full protection conservation unit created in Minas Gerais and is located between the municipalities of Timóteo, Marliéria and Dionísio, in the Rio Doce Valley, a region marked by intense economic activity and a history of exploitation of natural resources. In this context, the main objective of this study is to analyze the environmental conflicts involving the PERD and its ZA, considering, for this purpose, the tensions between environmental conservation, economic interests and social participation. The research is based on the documentary analysis of the minutes of the Park's Advisory Council, covering the period from 2013 to 2021, and on bibliographic sources on environmental governance. The results indicate that the main conflicts are related to irregular occupation, impacts caused by large projects, such as the LMG 760 Highway and the Samarco disaster, as well as structural challenges in social participation and transparency in park management. The analysis reveals that the governance of the PERD is influenced by different interest groups, whose actions and disputes shape the dynamics of decision-making in the territory, thus



Submissão: 10/11/2025



Aceite: 27/03/2026



Publicação: 18/06/2026



pointing to the need to strengthen participatory governance mechanisms and promote public policies that reconcile environmental conservation with sustainable development.

Keywords: socio-environmental conflicts; conservation units; environmental governance.

Introdução

A Lei n. 11.428/2006, conhecida como Lei da Mata Atlântica e regulada pelo Decreto n. 6.660/2008, contempla em seu artigo 2º a configuração original do Bioma Mata Atlântica, com as seguintes formações florestais nativas e ecossistemas associados:

Floresta Ombrófila Densa; Floresta Ombrófila Mista, também denominada de Mata de Araucárias; Floresta Ombrófila Aberta; Floresta Estacional Semidecidual; Floresta Estacional Decidual; campos de altitude; áreas das formações pioneiras, conhecidas como manguezais, restingas, campos salinos e áreas aluviais; refúgios vegetacionais; áreas de tensão ecológica; brejos interioranos e encaves florestais, representados por disjunções de Floresta Ombrófila Densa, Floresta Ombrófila Aberta, Floresta Estacional Semidecidual e Floresta Estacional Decidual; áreas de estepe, savana e savana-estépica; e vegetação nativa das ilhas costeiras e oceânicas.

Este adensamento florestal é historicamente retratado em obras dos anos noventa, por autores como Dean (1996, p. 24-25), quando apresenta que:

Na costa leste da América do Sul, estendia-se outrora uma imensa floresta ou, mais precisamente, um complexo de tipos de florestas, em geral latifoliadas, pluviais e de tropicais a subtropicais. Entre oito e 28º de latitude sul, interiorizava-se a cerca de cem quilômetros da costa no Norte e alargava-se a mais de quinhentos quilômetros no sul. No total a floresta cobria cerca de 1 milhão de quilômetros quadrados. Esse complexo tem sido chamado de Mata Atlântica brasileira, associado a outra muito maior, a Floresta Amazônica, mas distinto dela. [...] A Mata Atlântica era em si mesma de uma diversidade extraordinária, levando-se em conta seu tamanho relativamente modesto. E continua um número impressionante de espécies endêmicas – isto é, formas de vida peculiares.

A Bacia Hidrográfica do Rio Doce ocupa 98% de área no bioma Mata Atlântica e apenas 2% no bioma Cerrado (CBH-Doce, 2021). De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2012), na Bacia do rio Doce o bioma Mata Atlântica era formado, em maior parte, pela floresta estacional semidecidual, tendo na parte do baixo curso do rio (no estado do Espírito Santo) a presença da floresta ombrófila densa, além de uma pequena porção de formações pioneiras junto à zona costeira, entre a foz do rio Doce e do rio São Mateus.

Também ocorria em pequenas áreas os refúgios vegetacionais, dependentes de precipitação, altitude e temperatura. No extremo centro-oeste da bacia, na encosta da Serra do Espinhaço, o bioma Cerrado apresentava formações campestres (destacando-se o campo limpo e o campo sujo) e formações florestais (em áreas de contato cerrado/floresta). No domínio da floresta estacional semidecidual, ocorriam em alguns pontos a presença das matas do tipo ombrófila densa (CBH-Doce, 2021).

Em 1963 e 1969 a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), atual Vale S.A., realizou estudos sobre o diagnóstico da Bacia do Rio Doce e de seus potenciais econômicos. Nesse estudo, conforme mencionado por Espindola et. al. (2022, p. 159) “a cobertura originária da Bacia era constituída de Floresta Atlântica (91% da área), tabuleiros (7,5%) e vegetação litorânea (1,5%)”.

O estudo realizado em 1969 indicava que a cobertura florestal havia se reduzido entre 2,5 e 10% de áreas, apresentando a média geral de 5% de redução. Na denominada região siderúrgica (atual Vale do Aço) e no Espírito Santo (baixo Rio Doce) a cobertura florestal apresentava as maiores percentagens.



Porém, no médio rio Doce (região de Governador Valadares) a cobertura florestal restante não ultrapassava 2,5%. O estudo da Companhia Vale do Rio Doce indicava como causas principais da diminuição de vegetação o consumo de lenha, a produção de carvão vegetal para as siderúrgicas, o desmatamento para uso agropecuário e os incêndios florestais, entre outros usos. Os autores Costa et. al. (2024, p. 21) exemplificam que a redução florestal do bioma “esteve pautada no lucro para proveito de seus senhores coloniais, os quais se utilizavam de queimadas e derrubadas para o desenvolvimento [...] passivo, imprudente e insustentável”.

O Vale do Aço, que compõe a Região Geográfica Intermediária (RGInt) de Ipatinga, é assim denominado pois indica uma das principais metropolizações do interior brasileiro situado na região Sudeste (Souza et. al., 2022). De acordo com o autor mencionado:

A metropolização está associada à instalação de um parque industrial siderúrgico, a partir de 1944, com a implantação da Companhia Aços Especiais Itabira (Acesita, hoje Aperam South America), e completado, a partir de 1962, com a inauguração da Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A (Usiminas). Tal configuração acabou por produzir, na interpretação do autor, uma forma urbana de metropolização mononucleada, isto é, com a presença de um único núcleo conurbado formado pelo extravasamento da urbanização dos municípios-polos em direção aos municípios vizinhos. A partir desta aglomeração conurbada, houve o estabelecimento de um raio geométrico de influência espacial-regional, que conferiu à conurbação Ipatinga-Coronel Fabriciano-Timóteo (com Santana do Paraíso em processo de incorporação a partir de Ipatinga) o caráter de núcleo metropolizado com aparência metropolitana. (Souza et. al., 2022, p. 02)

Nessa localidade foi criado o Parque Estadual do Rio Doce (PERD), à época pelo Governador do Estado de Minas Gerais, por meio do Decreto-Lei 1.119/1944, como forma de preservar uma área de 36.970 hectares, num local de grande beleza cênica, com mais de 40 lagoas rodeadas de matas em excelente estado de conservação. Na publicação organizada por Ney Strauch (1955), o autor apresentou resultados dos estudos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sob sua orientação na primeira metade da década de 1950, informando que se encontra a seguinte descrição geográfica da denominada região siderúrgica:

Compreende a parte leste dos municípios de São Domingos do Prata e Dionísio e ainda o norte de Bom Jesus do Galho e Raul Soares; áreas, portanto, que têm como fator comum o rio Doce. Esta é uma zona de matas ainda não devastadas. Por isso mesmo, grande parte desta área florestal acha-se convertida em parque estadual com o objetivo de evitar a sua destruição. (grifo nosso) Ainda assim, o norte do município de Raul Soares, por exemplo, está sendo devastado para alimentar as serrarias situadas nas cidades mais próximas e ainda na extração de lenha para a Leopoldina [ferrovia Leopoldina Railway] e carvão para a Acesita [atual siderúrgica *Aperam South America*]. Nas terras desflorestadas instala-se a lavoura do café, aí em grande desenvolvimento.

Neste contexto, a partir de 2017, com a nova regionalização do IBGE, foi formada a Região Geográfica Intermediária (RGInt) de Ipatinga, composta de 44 municípios, na qual o PERD ocupa porções nesses



territórios. Essa região representa cerca de 5% do PIB do Estado, com Ipatinga contribuindo com 36,2% desse total. Nessa região, as principais atividades econômicas são serviços e indústria, com predomínio industrial nos setores da metalurgia, celulose, extração mineral e construção civil (Fundação João Pinheiro Oficial, 2021).

A relação entre as siderúrgicas e o poder político local era corroborada pelo discurso do desenvolvimento econômico, geração de renda e emprego. As ações das siderúrgicas, particularmente da Acesita, se chocavam com os objetivos de preservação e os discursos mobilizados influenciavam negativamente a conservação ambiental.

Esse breve contexto histórico do PERD é essencial para compreender os conflitos que o cercam. Santos (2015), autor que estudou os conflitos do Parque desde a sua criação, informa que comparecem diferentes atores neste cenário, mas particularmente o complexo siderúrgico instalado na região. Esses conflitos começaram com a criação do Parque e se intensificaram nas três décadas seguintes, com a aceleração da industrialização brasileira.

Os conflitos, principalmente, colocam em lados opostos os defensores da preservação da natureza, e os apóstolos do progresso econômico e do crescimento industrial. Exemplo disso é citado por Santos (2015), ao mencionar um movimento ambientalista que conseguiu impedir a construção da estrada do Revés do Belém em 1953, cuja marca ficou presente na emblemática “Ponte Perdida”, localizada no PERD, e que, apesar de não servir à estrada alguma, se presta às instalações para pesquisadores, colocadas sobre sua estrutura de concreto armado.

O objeto principal do estudo de Santos (2015) é a “estrada da Ponte Queimada”, que corta o parque pelo meio, ligando o lado oeste e leste. A estrada que passa por essa ponte “simboliza e catalisa a maioria dos conflitos que envolveram as diferentes formas de apropriação do território do PERD, ao longo de sua história” (Santos, 2015, p. 29).

Isso é evidenciado na década de 1970, com a intensificação dos conflitos, principalmente porque houve um movimento social contra a estrada da Ponte Queimada, em razão de transitar grande quantidade de carros, ônibus e caminhões (cuja maioria era de propriedade da siderúrgica Acesita, sediada em Timóteo), que causavam atropelamentos de animais e serviam como porta de entrada para caçadores e pescadores ilegais, ladrões de madeira e incêndios criminosos.

A edificação de estradas é uma das causas de fragmentação de habitats. Esse problema/conflito ambiental não é novo, uma vez que Dean, ainda em 1996, abordava sobre a temática, que continua atual e relevante até os dias de hoje.

A extrema fragmentação da maioria do que se considera como parcelas relativamente intactas da Mata Atlântica é uma das causas dessa diversidade reduzida. O “efeito de borda” – a exposição das áreas interiores dessa floresta ao vento, luz do sol e invasão das espécies de pasto devido a estradas de penetração, linhas de transmissão de energia elétrica, tubulações, trilhas de motociclismo e outras – estava passando a ser pesquisado como causa importante de degradação. (Dean, 1996, p. 368).

Tudo isso era causa recorrentes de incêndio. A propósito, em 1963 ocorreu um incêndio que queimou três mil hectares; outro incêndio criminoso em 1967 consumiu seis mil hectares, entre outros. Santos (2015, p. 270) destaca a atuação do tenente Pimenta, na década de 1970, que teria sido escolhido propositalmente com a intenção de tornar mais efetivo o policiamento para assegurar a preservação e manter a população afastada, sobretudo caçadores, pescadores e ladrões de madeira.



O estudo de Santos (2015) serve de ponto de partida por apontar diferentes conflitos que, para além dos até aqui apontados, são exemplos: (a) a preservação e uso da Estrada da Ponte Queimada, que era utilizada para transporte de carvão e outras atividades industriais, gerando disputas entre interesses econômicos e ambientais; (b) os fundiários envolvendo posseiros e proprietários de terras dentro do Parque Estadual do Rio Doce (PERD), além de tentativas de compra da área por empresas como a Acesita; (c) os provocados pela expansão da urbanização, especialmente na região leste de Timóteo, causa de incêndios, caça e pesca ilegais; (d) os causados por atividades ilegais de caça, pesca e extração de madeira dentro do parque, muitas vezes com a conivência de funcionários e policiais (daí a escolha do tenente Pimenta); (e) os ideológicos e institucionais, envolvendo IEF, Polícia Florestal, Prefeituras locais, notadamente divergência sobre como fazer a gestão e proteção do parque, incluindo as contradições e lobbys junto à Secretaria de Agricultura; e (f) os mais difíceis, com as grandes empresas siderúrgicas e elites locais.

No contexto local, outros conflitos se faziam presentes, resultado das ações ilegais de indivíduos causadores de impactos, quais sejam, os muitos moradores do entorno do PERD, pela caça, pesca, retirada de madeira, desmatamento, atividades recreativas como acampamentos com fogueiras (todas elas atividades geradoras de incêndios), sendo todas essas situações agravadas pela falta de fiscalização adequada, falta de pessoal, conivência dos agentes e, sobretudo, pelas facilidades propiciadas em razão da presença das estradas. “Em 1985, o IEF, que já estudava essa opção há mais tempo, decidiu pelo fechamento do PERD, permanecendo fechado até 1993” (SANTOS, 2015, p. 258-259 e 267).

No mesmo sentido, Espíndola et. al. (2017) cita conflitos como: (a) chacreamento; (b) abertura de estradas irregulares; (c) plantação de florestas de eucaliptos; (d) ocupações irregulares na zona de amortecimento (ZA) do PERD; e (e) o rompimento da barragem da Samarco em 2015, que resultou em um desastre que impactou diretamente a integridade do parque e a qualidade ambiental da região.

Tais conflitos refletem as tensões entre desenvolvimento econômico, interesses locais e a necessidade de preservar a biodiversidade e os recursos naturais do PERD. Não podemos desconsiderar que os conflitos ambientais são intrínsecos à gestão das Unidades de Conservação (UCs). A expansão urbana, sobretudo nas regiões de Timóteo e Cava Grande, chacreamentos, estradas, florestas de eucaliptos, ocupações irregulares na zona de amortecimento, caça e pesca irregular são ameaças próximas, porém, existem outras que podem vir de mais distantes, como foi o rompimento da barragem da Samarco em 2015, que ocasionou um grave dano, comprometendo a preservação do parque e as condições ambientais daquela região (ESPÍNDOLA; FERREIRA; MIFARREG, 2017).

Em 1º de novembro de 2024, a Associação Mineira de Defesa do Ambiente (AMDA) publicava na sua página na Internet: “Parque Estadual do Rio Doce enfrenta as mesmas ameaças há décadas, no qual trazia um *fac-símile* de jornal com a manchete “Adensamento Populacional Ameaça à Integridade do Parque”. Segundo a AMDA, “o problema não só persiste como se agravou em diversos aspectos”, principalmente depois que a siderúrgica *Aperam South America*, antiga Acesita, vendeu grandes extensões de terra cobertas de floretas, que agora são objetos de especulação imobiliária.

Na mesma matéria, a AMDA noticiava que o Conselho Consultivo do PERD havia se posicionado “contrário à abertura ao tráfego da estrada do Salão Dourado que atravessa a Mata do Campolina, única área de mata virgem do parque”. Este complexo cenário evidencia as tensões entre conservação ambiental e interesses econômicos, demonstrando a necessidade de uma abordagem integrada que considere os múltiplos interesses envolvidos.



Metodologia

Considerando o histórico apresentado na introdução, ficou definida a amostra de estudo da presente pesquisa, sendo o Parque Estadual do Rio Doce e a sua zona de amortecimento, que abrange os Municípios de Marliéria, Timóteo e Dionísio. Além desses, o entorno do Parque também abarca outras treze municipalidades (Ipatinga, Coronel Fabriciano, Antônio Dias, Jaguaráçu, São José do Goiabal, São Pedro dos Ferros, Raul Soares, Córrego Novo, Pingo D'Água, Bom Jesus do Galho, Vargem Alegre, Caratinga e Santana do Paraiso) que possuem UCs próximas, justapostas ou sobrepostas à ZA do PERD. A área de abrangência total dessas localidades é de 13.241,06 km², dos quais 359,76 km² pertencem ao PERD (Figura 1).

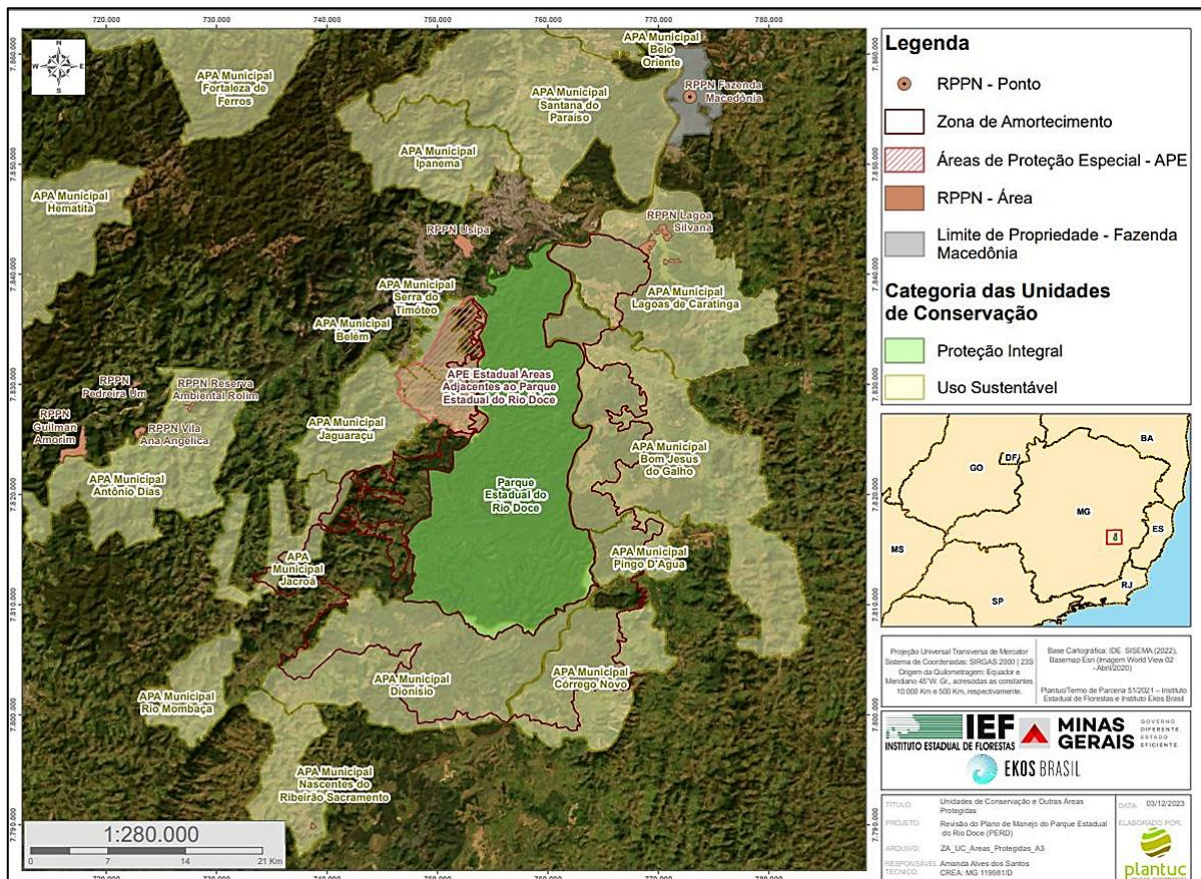


Figura 1 – Localização do Parque Estadual do Rio Doce e das UCs em seu entorno. Fonte: Mapa obtido no Plano de Manejo do PERD – Revisão 2023.

O objetivo principal é analisar os conflitos ambientais envolvendo o PERD e sua ZA, considerando, para tanto, as tensões entre conservação ambiental, os interesses econômicos e a participação social. Assim, foram utilizadas as construções teóricas dos autores Santos (2015) e Souza (2019) sobre os conflitos ambientais.

Numa perspectiva não crítica, o uso da categoria “conflitos ambientais” pode se apresentar como restrita aos problemas da escassez dos recursos naturais e às lutas em defesa da preservação do meio ambiente. Daí, alguns autores adotam a categoria “conflitos socioambientais” para abarcar disputas entre diferentes grupos sociais e fazer emergir aqueles grupos mais que dependem diretamente da natureza para sua subsistência.

Essa abordagem procura ser crítica ao discurso da "crise ambiental", que imagina soluções técnicas e de gestão (pública e privada), esvaziando a natureza política e de relações de poder que configuram as disputas ambientais. Entretanto, para Souza (2019) a categoria "conflitos socioambientais" teria uma redundância implícita, já que não se pode separar as interações complexas entre meio ambiente e sociedade, presente nos “conflitos ambientais”. Por isso, no presente trabalho utilizamos o termo “conflitos ambientais”.



Quanto à metodologia, utilizamos uma abordagem qualitativa para análise documental de arquivos de domínio público, amparada pelo entendimento de Bardin (2016, p. 26), que delimita o que é análise documental:

Podemos defini-la como uma operação ou um conjunto de operações visando representar o conteúdo de um documento sob uma forma diferente da original, a fim de facilitar, num estado ulterior, a sua consulta e referência. [...] O propósito é atingir o armazenamento sob uma forma variável e a facilitação do acesso ao observador, de tal forma que este obtenha o máximo de informação (aspecto quantitativo) com o máximo de pertinência (aspecto qualitativo).

Inicialmente, a proposta da pesquisa visava a análise das atas do Conselho Consultivo do PERD desde a criação do conselho, no entanto, ao realizar o levantamento documental, constatou-se que apenas as atas das reuniões a partir de 2013 estavam disponíveis. Assim, o período de análise abrangeu os anos de 2013 a 2021. Outrossim, embora a identificação dos atores envolvidos nos conflitos fosse uma etapa importante da análise, as atas não apresentaram informações suficientes para tanto.

Definiu-se, portanto, a hipótese da pesquisa baseada na afirmação provisória de que, a partir do estudo interdisciplinar das atas do Conselho e das bibliografias pesquisadas, seria possível identificar os principais conflitos ambientais presentes no território do PERD. Para testar essa hipótese, a pesquisa foi estruturada em etapas: na primeira etapa, foi realizada uma leitura sistemática das atas, identificando situações que indicassem conflitos relacionados ao parque. Na segunda etapa, os conflitos identificados foram catalogados em um banco de dados utilizando o programa Excel, permitindo uma organização eficiente das informações.

A etapa final consistiu na classificação dos conflitos por tipo, tendo sido as categorias definidas conforme a necessidade observada durante a leitura sistemática. Desta forma, seguindo Bardin (2004), as categorias foram definidas por meio dos dados construídos a partir da leitura das atas, em conformidade com os objetivos da pesquisa.

Por isso, este estudo se justifica, pois, sistematizar o que se encontra nas atas pode oferecer apoio para se formular estratégias de gestão dos conflitos e, conseqüentemente, promover mais segurança para a área protegida e sua zona de amortecimento.

Interdisciplinaridade do Objeto de Estudo

Não é possível pensar em uma gestão estratégica integrada de UCs sem considerar o seu entorno, as populações deste entorno e os conflitos ambientais. Por isso, a pesquisa se inseriu em um contexto interdisciplinar que abarcou o direito, ecologia política, história ambiental e estudos territoriais, refletindo a complexidade do objeto de investigação. No presente estudo, a destinação dos recursos florestais, o uso e ocupação do solo foram motivadores de conflitos ambientais que envolveram diferentes atores no processo de formação histórica do território na Bacia Hidrográfica do Rio Doce.

A matriz prevaiente na configuração do sistema territorial, na primeira metade do século XX, foi composta do tripé mineração/siderurgia, indústria da madeira e agropecuária. Para a segunda metade do século passado é preciso incluir a indústria da celulose e o reflorestamento com eucalipto, além das plantações de cafezais.

A queimada da floresta para plantar cafezais foi a principal causa, mas não a única, do desflorestamento no século XIX. O comércio do café induziu o crescimento



demográfico, a urbanização, a industrialização e a implantação de ferrovias. Consequências indiretas na prosperidade febril baseada numa única mercadoria de exportação, exerceram pressões sobre uma área mais ampla da Mata Atlântica, dando início ao que agora pode ser considerado como danos irreversíveis a paisagens antropomorfizadas. (Dean, 1996, p. 206)

Esse território, conforme conceituado por Raffestin (1993), é formado a partir do espaço (que é anterior ao território), sendo um resultado de uma ação de um ator social que se apropria desse espaço e o territorializa, por meio do desenvolvimento de vínculos sociais, criações materiais e relações de Poder. Portanto, é correto afirmar que o território é um produto das relações de poder, porquanto não apenas expressa as relações sociais e políticas entre atores com diferentes capacidades para efetivarem seus interesses frente aos outros, como também possui a marca das relações estabelecidas com a natureza e das disputas pelo controle das matérias possíveis de serem convertidas em recursos.

Na Bacia do rio Doce esses recursos incluíram e ainda incluem as minas (minério de ferro, ouro, manganês, mica etc.), florestas (carvão, lenha, madeira etc.), e o solo (uso e ocupação pela pecuária extensiva, reflorestamento de eucalipto, agricultura, instalações industriais, construções de estradas, ferrovias, urbanização, mercado imobiliário etc.). Assim, no século XX, o sistema territorial que se definiu abarca as interações entre seres humanos e a natureza, marcas de relações de poder num contexto brasileiro de industrialização, crescimento urbano acelerado e expansão da economia de mercado.

A “Região do Vale do Rio Doce”, assim denominada no Governo de Getúlio Vargas (1930-1945), deveria cumprir uma função subsidiária estratégica para o Brasil, de geração de divisas pela exportação de *commodities* minerais, produção de ferro e aço (indústria de base) e abastecimento dos centros industriais com produtos agropecuários (Espindola, 2015). Essa configuração territorial fica explícita no guia da excursão de campo para a “Zona Metalúrgica de Minas Gerais e Vale do Rio Doce” (Strauch, 1958), organizado pelo IBGE, como atividade do XVIII Congresso Internacional de Geografia, que se reuniu no Rio de Janeiro, em 1958.

Strauch (1958) chama atenção para a vinculação entre siderurgia, mineração, floresta (carvão vegetal e lenha) e ferrovia (Estrada de Ferro Vitória a Minas), com destaque para as duas maiores, Belgo-Mineira de João Monlevade e a Acesita de Coronel Fabriciano (o Município de Timóteo não tinha sido emancipado ainda), configurando uma influência que se estende do vale do Piracicaba nos municípios de Rio Piracicaba e Nova Era até as proximidades de Governador Valadares.

Nessa “região siderúrgica”, o crescimento do município de Coronel Fabriciano, que abarcava o atual Vale do Aço, apresentou crescimento demográfico de 304%, entre 1940-50, sendo que no distrito de Timóteo foi de 680%, pela instalação do principal centro urbano da região, a “cidade siderúrgica de Acesita”, construída de forma planejada em “plena mata” (Strauch, 1958, p. 117).

Assim, se configurou um sistema territorial produtor e exportador de aço e ferro gusa, de produtos extrativos, como minério de ferro, madeira beneficiada, lenha e carvão e, ainda, produtos agrícolas, principalmente carne e café, de real importância na economia da bacia (Strauch, 1955). Para as siderúrgicas e dezenas de fábricas de ferro gusa, que dependiam produção de carvão vegetal, o controle das áreas florestais era estratégico, se estendendo por todo médio rio Doce, até o vale do rio Suaçuí, para além da cidade de Governador Valadares.

Toda essa região apresentou aumento considerável da população urbana, suburbana e rural, sendo que entre os centros urbanos dos municípios de Coronel Fabriciano e de Governador Valadares, no começo da



década de 1950, ainda se estendiam uma zona coberta pela Mata Atlântica, que se tornou objeto de apropriação pelas siderúrgicas e grandes pecuaristas (Strauch, 1955).

Raffestin (1993) classifica a relação antrópica em três categorias: (i) exploracionista; (ii) preservacionista; e (iii) conservacionista. Propõe-se, portanto, que a lógica que comandou a formação histórica do território da RGInt de Ipatinga foi a relação exploracionista, caracterizada por se fundamentar em informação funcional: maior ganho no menor tempo, com menor custo, sem preocupação com o futuro. Concomitantemente, nesse contexto emergiu a visão preservacionista, comandada por informação reguladora, na busca de assegurar que a floresta fosse conservada. Disso resultou a criação do Parque Estadual do Rio Doce, em 1944.

Desde então, as relações territoriais entre as exploracionistas, preservacionistas e, mais recentemente, conservacionistas, marcam a história do PERD, do seu território de inserção e das dinâmicas conflituosas desde sua criação. Os conflitos presentes e frequentes nos territórios da UC são inerentes às relações dos seres humanos e frequentemente decorrem de diferentes comportamentos em relação ao acesso e controle de recursos naturais. Portanto, os responsáveis pela gestão da UC têm que se confrontar com interesses e objetivos diversos aos das áreas protegidas.

Esse comportamento territorial, como assinala Acselrad (2004), provoca conflitos ambientais como consequência das interações entre os diferentes grupos sociais, interesses empresariais, entes públicos, bem como pelo concepções e modos diversos de apropriação e uso do território e dos recursos que pode propiciar. As interações são mediadas pelo território e pelas condições sociais, políticas e econômicas dos diferentes atores, refletindo a complexidade das dinâmicas territoriais contemporâneas.

Nesse sentido, estudos mais recentes pautados na Ecologia Política (Souza, 2019) e na Ecologia Territorial (Herbelin, 2018), buscam compreender o sistema territorial na perspectiva dos fluxos de materiais e energia que o atravessam e moldam, utilizando-se do conceito de metabolismo territorial. Para Souza (2019), tendo como referência a ecologia política, as relações de apropriação e transformação da matéria em recurso, bem como os discursos sobre a natureza e sua utilização, são relações marcadas pelo Poder.

Em ambas as perspectivas, o caráter interdisciplinar é crucial, pois os aspectos históricos e espaciais se interligam, nos quais os fluxos devem ser considerados na dimensão material e, igualmente e de forma indissociada, na relacionalidade dos atores nas dimensões socioeconômicas, socioculturais, jurídico-políticas e subjetivas., evidenciando-se, portanto, a complexidade dos processos que influenciam os modos diferenciados de apropriação, uso e significado do território, bem como a discussão sobre justiça ambiental e racismo ambiental.

Assim, é possível fazer emergir como sujeitos de direito os seres não-humanos da natureza (rios, florestas, bichos etc.), como as situações de populações de baixa renda, grupos discriminados e povos tradicionais, mais intensamente vulneráveis a exclusão e violência causadas pelas disputas por recursos e pela crise e desastres ambientais.

A concepção de território, portanto, transcende a mera definição física, incorporando dimensões sociais, econômicas, culturais, políticas, tecnológicas e ambientais. Nesta perspectiva, podemos situar a crescente preocupação da gestão do PERD em envolver e fazer com que as populações da ZA sejam potenciais parceiros que se beneficiem da proteção em prol da UC e auxiliem em práticas conservacionistas.

O PERD se apresenta, então, como um microcosmo para compreender as complexas interações entre desenvolvimento econômico, conservação ambiental e os conflitos que emergem dessas dinâmicas. Esse entendimento do território é crucial para abordar as questões contemporâneas de gestão ambiental e planejamento territorial, reconhecendo a interdependência entre os aspectos naturais, tecnológicos e sociais da realidade.



O Conselho Consultivo do Perd

A Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, regulamentada pelo Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e definiu normas para a criação, manutenção e gestão de UCs. Os artigos 17 a 20 do diploma legal abordam a constituição de conselhos consultivos ou deliberativos, conforme o grupo de manejo (proteção integral ou uso sustentável).

Ademais, determina que haja uma composição paritária que inclua representantes de órgãos públicos, sociedade civil e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). O mandato dos conselheiros é de dois anos, podendo ser prorrogado por igual período, e as atividades são consideradas de interesse público, sem remuneração. As atribuições do conselho incluem a elaboração de regimento interno, a supervisão do Plano de Manejo e a avaliação do orçamento da unidade (Brasil, 2002).

Gohn (2011) afirma que os conselhos gestores funcionam como canais de participação, integrando representantes da sociedade civil e do poder público na administração de bens públicos. Esta participação busca facilitar a aceitação das decisões e promover a integração dos cidadãos em suas comunidades. A autora ressalta a limitação de atuação dos conselhos consultivos, cujas ações são restritas ao campo da opinião e do aconselhamento, sem poder de decisão.

A criação do PERD antecede a promulgação da legislação do SNUC. O Parque foi integrado ao sistema posteriormente por meio do Decreto Estadual nº 417, de 9 de outubro de 2015, que lhe conferiu o *status* de UC do grupo de manejo de proteção integral. A partir deste decreto, o PERD foi pioneiro no Brasil ao instituir um conselho consultivo, conforme a Portaria 146/2002 do Instituto Estadual de Florestas (IEF). A posse dos primeiros conselheiros ocorreu em março de 2003.

O conselho do PERD, entre 2013 e 2021, passou por quatro mandatos. A classificação dos representantes inclui órgãos da administração pública de diversas esferas e representantes da sociedade civil. As empresas que integram o conselho são predominantemente do setor de produção de aço, celulose e serviços públicos, como água e energia. O poder público é majoritariamente representado pelo IEF e pela Prefeitura Municipal de Marliéria e a participação da sociedade civil é dominada por representantes da educação, com pouca presença de movimentos populares.

Apesar de algumas mudanças ao longo dos mandatos, a composição do conselho manteve-se relativamente estável. Entre os anos analisados, o poder público e a sociedade civil apresentaram, cada um, 12 representantes, enquanto as empresas contaram com oito. Esta distribuição sugere que a presença empresarial, muitas vezes de caráter nacional ou transnacional, pode inflar a percepção de participação social no conselho. Ao se examinar os posicionamentos, por um lado se observa a preocupação de uma grande parte com o crescimento econômico, a renda, o emprego e o lucro, mas por outro, se encontram aqueles preocupados com conservação ambiental.

As declarações das empresas frequentemente apresentam um *marketing* preservacionista, mas revelam, igualmente, em seus discursos, o compromisso com o lucro e a competitividade, como exemplificado pelos posicionamentos da Cenibra e da ArcelorMittal. Essa influência das questões econômicas também preocupa os agentes públicos atuantes no PERD, como evidenciado por programas de concessão de parques estaduais e as propostas de reparação de danos ambientais, que frequentemente favorecem empresas em detrimento da conservação (Rocha et. al. 2021).

Nesse sentido, conforme destacam Campos et. al. (2025), o conselho consultivo do Parque faz parte da gestão, contudo, não tem autoridade para agir quando se trata de conflitos que envolvem o PERD. O Conselho é formado por representantes de várias instituições e atua como um suporte para a gestão da UC. Ainda de acordo com as autoras:



O suporte para a gestão, com a participação de representantes da sociedade, é essencial porque, em muitas situações, o Estado, que tem o efetivo poder de agir, permanece inerte diante dos flagrantes violações ao meio ambiente, priorizando o desenvolvimento econômico em prol da preservação ambiental. (Campos et al. 2025, p. 220)

As reuniões do Conselho Consultivo do PERD devem ser públicas, com pautas preestabelecidas e atas disponíveis para consulta, conforme a legislação vigente (Brasil, 2002). Essa transparência é fundamental para compreender as dinâmicas de decisão e os conflitos de interesse que permeiam a gestão do Parque, refletindo a complexidade das interações entre desenvolvimento econômico e conservação ambiental na região.

Análise das Atas do Conselho Consultivo do Perd

A primeira ata analisada corresponde à reunião número 65, realizada em 30 de julho de 2013, enquanto a última foi a reunião número 102, datada de 3 de novembro de 2021. Ressalta-se que as atas das reuniões de número 94 e 100 não foram disponibilizadas.

No total, foram analisadas 36 atas, das quais apenas duas não mencionaram conflitos. As reuniões sem registro de conflitos foram as de números 86 e 87, realizadas em 2 de março e 13 de abril de 2018, respectivamente.

As atas não apresentam uma estrutura padronizada, no entanto, compartilham algumas informações em comum, como número da reunião, data e horários. As reuniões começam com a aprovação da ata anterior, seguida pela inclusão de pontos de pauta.

Na reunião 84, realizada em 29 de setembro de 2017, foi proposta a elaboração de um modelo padrão para as atas, incluindo um anexo com os encaminhamentos de cada reunião, mas essa sugestão não foi implementada. Embora o site do IEF disponibilize um modelo de ata para reuniões dos conselhos das UCs, esse modelo também não é seguido.

Observou-se que não há um conselheiro designado para a elaboração das atas; muitas vezes, a responsabilidade é atribuída a um voluntário ou designado pelo presidente na reunião. Além disso, as atas não permitem a identificação dos conselheiros presentes. Quando questionada sobre a existência de um registro de presença, a gestão do PERD informou que não há documentação que comprove a presença dos conselheiros, resultando em uma lista apenas dos ausentes, no entanto, nas atas relativas aos anos de 2020 e 2021, foi possível a identificação dos presentes, pois devido à pandemia de COVID-19 as reuniões foram realizadas de forma telepresencial.

Após a leitura sistematizada, foram identificados 16 tipos de conflitos, sendo os conflitos mais frequentes relacionados à ocupação irregular, ao desastre da Samarco, à construção da rodovia LMG 760 e às estradas internas do PERD. A maioria dos conflitos foi mencionada apenas uma vez, sem aprofundamento, todavia, um conflito pode se relacionar com o desenvolvimento de outros. Por exemplo, a questão da caça e pesca, embora mencionada apenas uma vez, pode estar interligada a problemas como estradas, roubos e incêndios, especialmente no contexto de ocupações irregulares impulsionadas pela especulação imobiliária resultante da pavimentação da LMG 760.

Desse modo, os conflitos formam uma rede interconectada, revelando que a análise dos principais conflitos deve considerar suas relações com os conflitos menos mencionados. A abordagem adotada permitiu uma compreensão mais aprofundada dos desafios enfrentados pelo PERD, destacando a complexidade das interações entre os diversos atores e interesses envolvidos na gestão do Parque (Figura 2).

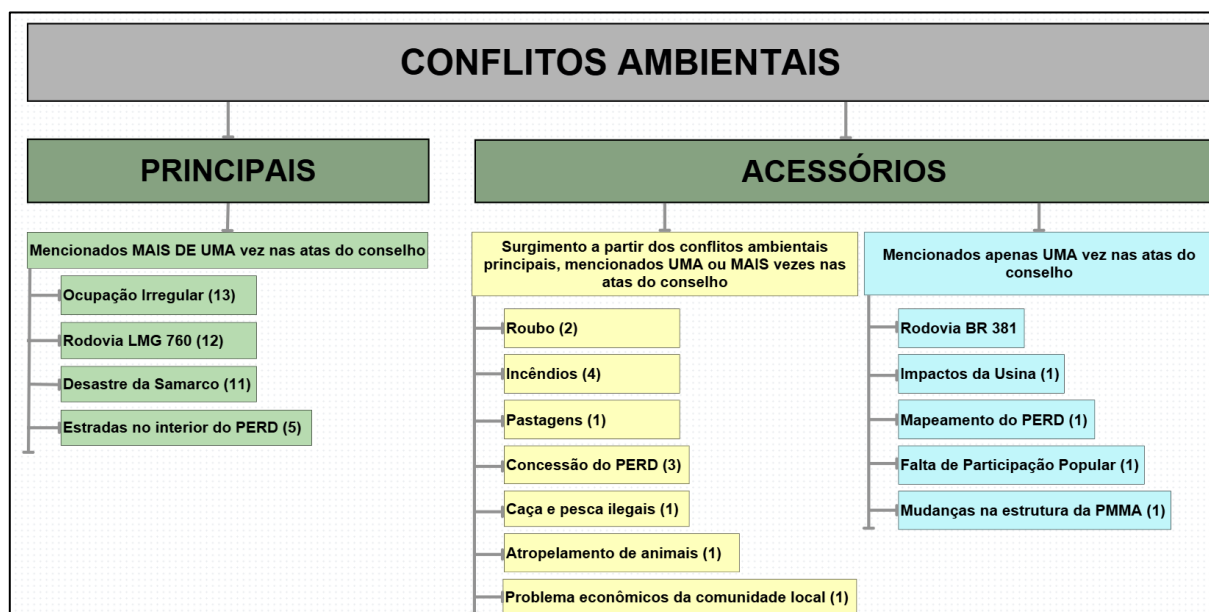


Figura 2 – Conflitos ambientais mencionados nas atas do conselho consultivo do PERD. Legenda: Cor verde: conflitos principais mencionados mais de uma vez nas atas do conselho consultivo; Cor amarela: conflitos acessórios surgidos a partir dos conflitos principais; Cor azul: conflitos acessórios mencionados apenas uma vez nas atas do conselho consultivo; Numeração entre parênteses: número de menções dos conflitos nas atas do conselho.

Fonte: Os autores.

Sobre os conflitos acessórios surgidos a partir dos conflitos principais (cor amarela), é importante mencionar que a ocupação irregular influencia na ocorrência de roubos, incêndios e criação de pastagens; a rodovia LMG 760 influencia no aumento do atropelamento de animais; o desastre da Samarco influencia na discussão sobre a concessão do PERD à iniciativa privada; e as estradas no interior do PERD influenciam na caça e pesca ilegais, e nos problemas econômicos da comunidade local. Esses conflitos ambientais serão mencionados nos tópicos a seguir.

Observou-se ainda que a maioria dos conflitos identificados são históricos na Mata Atlântica, o que é visto principalmente nas descrições realizadas pelo autor Dean (1996) e Costa et. al. (2024) que retratam a destruição do Bioma entre os séculos XVIII e XIX, influenciada pelo descaso governamental, e que possibilitou aos capitalistas lucros fáceis, desde uma agricultura passiva, imprudente e insustentável, até a industrialização de sucedâneos para centenas de produtos apanhados de graça em florestas.

Ocupação Irregular

A ocupação irregular é caracterizada por atividades que não atendem aos requisitos legais estabelecidos pela Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, resultando em conflitos diretos com a preservação ambiental da área. Qualquer ocupação que não cumpra os requisitos legais é considerada irregular, incluindo propriedades com frações de terreno abaixo do mínimo legal para a região.

Esse tipo de conflito no PERD e em sua ZA tem se intensificado ao longo dos anos, conforme retratado nas atas do conselho. O conselho consultivo (2022) afirmou que a pressão urbana, resultante do crescimento desordenado e da falta de planejamento territorial, tem causado danos irreparáveis à ZA do parque.

Nesse interim, é importante ressaltar que a ZA tem relevância significativa para “redução de pressão e impactos negativos da ação antrópica nas áreas protegidas e a proteção da biodiversidade, atuando como bloqueio para minimizar a entrada de atividades prejudiciais como [...] a ocupação urbana descontrolada”



(Martins et. al., 2025, p. 3). No entanto, para que a gestão dessa área seja mais eficiente, é necessária a participação ativa dos cidadãos em conjunto com ferramentas e ações aplicadas pelo Parque.

A localização geográfica da ocupação irregular se estende por diversas áreas, incluindo territórios como Tomazinho e o Distrito de Revés do Belém, além de localidades nos Municípios de Timóteo e Marliéria, comprometendo não apenas a integridade ambiental do PERD, mas também o aumento do risco de incêndios, roubos e abertura de pastagens (Santos, 2015).

Rodovia LMG 760

Os conflitos relacionados à Rodovia LMG 760 abrangem questões de licenciamento, construção e asfaltamento da estrada, além de suas implicações ambientais. Historicamente, esse conflito se iniciou na década de 1980 e se prolonga até os dias atuais, gerando um intenso debate sobre as medidas compensatórias e os impactos sobre o ecossistema local (Lamounier, 2017).

Sobre a temática, verificamos que as construções teóricas de Dias (2018) e Dias et. al (2024) se encontram quando tratam que a elevação do fluxo de veículos e pessoas por conta da rodovia contribui para riscos de atropelamento de fauna, desmatamento e poluição, compreendendo, portanto, efeitos sociais e ambientais adversos.

A construção da rodovia também provocou tensões entre a administração do Parque e as comunidades locais, pois estas acreditavam que a paralisação era responsabilidade do Parque (Lamounier, 2017), tendo em vista que a obra da rodovia foi iniciada e paralisada diversas vezes por falta de recursos financeiros do Estado. O processo foi retomado em 2020 e concluída em 2023 (Dias, et. al., 2024)

Desastre da Samarco

O rompimento da barragem de Fundão, pertencente à Samarco/Vale/BHP Billiton, ocorreu em 5 de novembro de 2015, resultando em impactos significativos não apenas no rio Doce, mas também no PERD e em sua biodiversidade (Espindola et al. 2017). O desastre desencadeou uma série de conflitos relacionados à reparação dos danos, principalmente com a criação da Fundação Renova como ente responsável pela mitigação das consequências.

Os esforços de reparação têm se mostrado insatisfatórios, com questionamentos sobre a real efetividade das ações, visto que a qualidade da água do rio Doce permanece incerta até os dias de hoje. Além disso, o investimento da Fundação em infraestrutura e turismo no parque, embora celebrado, não aborda os danos ambientais significativos (Fundação Renova, 2021). O conflito também é pautado por propostas de concessão do Parque à iniciativa privada, que podem impactar negativamente as populações locais e a biodiversidade (Mifarreg et al. 2021).

Estradas no Interior do PERD

A questão das estradas no interior do Parque Estadual do Rio Doce é um tema debatido desde sua criação, intimamente ligado ao controvertido caso da Ponte Queimada, que está localizada no lado leste do Parque, abarcando zonas de proteção internas e a ZA da UC. Segundo Santos (2015, p. 28) “[...] o Parque convive desde a década de 1950 com a presença de uma estrada em seu interior, percebemos que essa via materializa os conflitos presentes na sua criação e manutenção”.

O principal foco das discussões no conselho do Parque gira em torno da proposta de construção da estrada-parque, que teria como objetivo ligar a cidade de Marliéria à UC. Conforme Dourojeanni (2021), as estradas-parque são definidas como:



[...] uma modalidade de preservação da paisagem de estradas que percorrem locais naturais ou antropizados que são particularmente belos. Se caracterizam, tipicamente, por ter vegetação arbórea ou arbustiva na área de influência direta e visual do eixo rodoviário e estacionamentos amplos desde os quais se pode apreciar em segurança as paisagens. As estradas-parques não têm a função de preservar a diversidade biológica, mas podem contribuir a este objetivo. Podem passar por terras públicas tanto como privadas. Existem em muitos países, mas são especialmente aproveitadas nos EUA tanto no nível federal como estadual (Dourojeanni, 2021)

Embora os benefícios da estrada-parque (como um museu natural e instrumento de ordenação territorial) tenham sido destacados, sua construção implicaria significativa supressão de Mata Atlântica (tal uso, ainda que restrito, poderia acarretar problemas como caça e pesca ilegais, incêndios, entre outros), necessitando de um rigoroso processo burocrático para autorização, incluindo ações judiciais. Santos (2015) adverte sobre os múltiplos impactos ambientais associados a tais empreendimentos, incluindo:

“[...] alteração do comportamento dos animais, mudança na cadeia alimentar, desequilíbrio ecológico, fragmentação territorial, isolamento populacional, poluição sonora, atmosférica e hídrica, invasões, retirada ilegal de madeira e de palmito, queimadas, aumento de plantas oportunistas nas margens da estrada, e a disseminação de espécies exóticas.”

Em março de 2021, foi constituído um grupo de trabalho para avaliar a viabilidade da construção e implantação da estrada-parque. Conforme registrado nas atas do conselho, a primeira menção ao tema ocorreu em 2018 e a última em 2021. Adicionalmente, um acordo previamente estabelecido estipulava que todas as estradas internas ao parque seriam fechadas após a construção da Rodovia LMG 760.

Contudo, a reforma da Ponte Queimada, que conecta os municípios de Pingo-d'Água e Marliéria, foi incorporada ao plano de trabalho da Fundação Renova como medida compensatória pelos danos causados ao Parque durante o rompimento da barragem de Fundão. Nesse sentido, o presidente do conselho enfatizou a pressão social pela restauração da ponte e a manutenção do acesso, propondo, assim, regulamentar o uso da estrada para o turismo.

No entanto, parte do movimento popular busca usar a estrada para conectar Cava Grande ao Vale do Aço, o que contrasta com as diretrizes do plano de manejo do parque. Apesar dos riscos, o conselho reiterou unanimemente seu apoio à estrada-parque e à restauração da ponte, regulamentando seu uso para atividades turísticas.

Santos (2015) adverte sobre os múltiplos impactos ambientais associados a tais empreendimentos, incluindo:

“[...] alteração do comportamento dos animais, mudança na cadeia alimentar, desequilíbrio ecológico, fragmentação territorial, isolamento populacional, poluição sonora, atmosférica e hídrica, invasões, retirada ilegal de madeira e de palmito, queimadas, aumento de plantas oportunistas nas margens da estrada, e a disseminação de espécies exóticas.”



Dessa forma, observa-se que as estradas no interior do PERD são não apenas fontes de conflitos, mas reforçam uma série de outros problemas na unidade de conservação. Os interesses econômicos também desempenham um papel central no debate sobre as estradas no PERD.

A Acesita, por exemplo, é uma das empresas que defende aberturas de estradas para facilitar o transporte de matérias-primas, enfatizando o impacto positivo sobre a economia local. A composição do conselho, frequentemente dominada por representantes de empresas metalúrgicas, ajuda a explicar a postura favorável a projetos que priorizam o desenvolvimento econômico em detrimento dos aspectos ambientais.

Outros Conflitos

Os impactos de usinas, a falta de participação popular e a diminuição dos efetivos da Polícia Militar Ambiental para auxiliar na fiscalização, são conflitos frequentemente mencionados nas discussões. Por exemplo, embora tenha recebido apenas menção esporádica nas atas, a usina Risoleta Neves, situada nas proximidades do Parque, apresenta riscos potenciais ao ambiente.

No mais, a gestão do parque enfrenta desafios devido à reestruturação da Polícia Militar Ambiental, que resultou em uma redução significativa do efetivo e da capacidade de fiscalização, aumentando a vulnerabilidade da fauna e flora do PERD.

Outrossim, os problemas econômicos enfrentados pelas comunidades adjacentes ao parque, levam os moradores a recorrerem à caça e pesca ilegais como meio de subsistência. Esse conflito, mencionado em 2017, continua a impactar a fauna do parque, especialmente na região oeste, onde há concentração de ocupação irregular e a pressão antrópica. A interação entre interesses econômicos, necessidades sociais e preservação ambiental delinea um cenário complexo e desafiador para a gestão do PERD.

Considerações Finais

Historicamente, mesmo antes da exploração intensa, nas áreas de Mata Atlântica já existiam interações entre os povos nativos - verdadeiras dinâmicas de poder que constituem um território. Com o crescimento urbano e a busca incessante por desenvolvimento econômico, a natureza foi cada vez mais devastada, refletindo a prática de exploração desmedida atrelada ao conceito de propriedade privada.

A transformação nas relações entre humanos e natureza resultou na intensificação dos conflitos ambientais, que surgem da diversidade de atores e projetos territoriais, cada um atribuindo significados distintos ao espaço. Assim, as unidades de conservação, como o Parque Estadual do Rio Doce, são suscetíveis a conflitos ambientais que refletem essas tensões.

Os conflitos ambientais são, portanto, parte intrínseca da gestão das unidades de conservação. A administração do PERD, crucial para a preservação da Mata Atlântica, tem enfrentado uma série de conflitos desde sua criação, especialmente considerando sua localização no Vale do Aço, uma região com forte vocação para a siderurgia.

Ao analisarmos as atas do Conselho Consultivo, inicialmente, verificou-se a ausência de uma formatação padrão para elaboração das atas de reunião dos conselhos. Essa falha resulta em lacunas informativas, especialmente em relação à presença dos conselheiros e aos atores envolvidos nos conflitos. Essas limitações ressaltam a necessidade de aprimorar a transparência e a eficiência dos processos decisórios, promovendo uma gestão mais inclusiva e consciente dos múltiplos interesses em jogo.

A análise das atas também revelou a existência de diversos conflitos no território estudado. Compreender os conflitos permite uma atuação mais direcionada, favorecendo uma gestão integrada mais eficaz da unidade de conservação. Nesse contexto, conforme evidenciado por esse levantamento, o conselho consultivo do parque desempenha um papel crucial na abordagem dos principais conflitos que afetam o PERD atualmente.



Por outro lado, o Estado, responsável por tomar ações efetivas, continua inerte quanto às graves violações ambientais, priorizando o desenvolvimento econômico em detrimento da preservação do meio ambiente. A gestão do Parque Estadual deve reconhecer e articular os diferentes projetos territoriais, em busca de um equilíbrio entre a preservação ambiental e o desenvolvimento econômico, a fim de mitigar os conflitos que permeiam essa importante unidade de conservação.

Assim, a ausência de uma atuação efetiva do Estado e a restrita capacidade deliberativa do conselho consultivo contribuem para a perpetuação dos conflitos, evidenciando a necessidade de maior articulação entre os órgãos ambientais, o poder público e as comunidades locais para garantir uma gestão participativa e integrada no entorno do PERD.

Referências

- Acselrad, H. (Org.). *Conflitos Ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004.
- Bardin, Laurence. *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016.
- Campos, Renata Bernardes; SILVA, Marília Aparecida Martins Silva; ROCHA, Leticia Bandeira. “Um Panorama Geral de Conflitos no Parque estadual do Rio Doce”. In: *Território e conservação: 80 anos do Parque Estadual do Rio Doce*, organizado por Renata Bernardes Faria Campos, Bruno Capilé, e Patrícia Falco Genovez, 61–68. Governador Valadares: UNIVALE Editora, 2025.
- CBH-Doce. *Revisão e Atualização do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Doce (PIRH Doce)*. São Paulo: ENGECORPS, 2021. [cited 2025 jun 6]. Available from: https://www.cbhdoce.org.br/wp-content/uploads/2022/01/1454-ANA-01-RH-RT-0001-R0_18-11-21.pdf.
- Conselho Consultivo Do Parque Estadual Do Rio Doce. *Diagnóstico: Ocupação do solo na zona de amortecimento do Parque Estadual do Rio Doce*. Marliéria, maio 2022.
- Costa, Diego Souza; Nuvoloni, Felipe Micali; Lopes, Elfany Reis do Nascimento. *Mata Atlântica: a história que a história não contou*. Ilhéus: Editus, 2024.
- Creswell, John W. *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- Dean, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da mata atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- Dias, Kênia Lima. “Parque Estadual do Rio Doce: entrave ou oportunidade para o município de Marliéria?” Dissertação de Mestrado, Universidade Vale do Rio Doce, 2018.
- Dias, Yanne Machado. Medidas para prevenção de atropelamentos: proteção da fauna do Parque Estadual do Rio Doce. *XXIV Encontro Regional de História da ANPUG MG*. Available from: https://www.encontro2024.mg.anpuh.org/resources/anais/9/anpuh-mgeeh2024/1726877057_ARQUIVO_2d94c360322672f74606b29c118b0413.pdf



Dourojeanni, Marc. “Estrada-parque dentro de um parque?” *Oeco*, 14 de junho de 2021. Available from: <https://oeco.org.br/colunas/estrada-parque-dentro-de-um-parque/>.

Espindola, Haruf Salmen. “O rio Doce e a emancipação da economia nacional (Brasil).” *Historia Ambiental Latinoamericana y Caribeña (HALAC)* 5 (2015): 10–27. Available from: <https://www.halacsolcha.org/index.php/halac/article/view/217>.

Espindola, Haruf Salmen, et al. “Território da mineração: uma contribuição teórica.” *Revista Brasileira de Geografia* 62, no. 2 (jul./dez. 2017): 67–93. Available from: https://www.researchgate.net/publication/330569112_Territorio_da_mineracao_uma_contribuicao_teorica

Espindola, Haruf Salmen, et al. “Desastre da Samarco no Brasil: desafios para a conservação da biodiversidade.” *Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science* 5, no. 3 (jul. – dez. 2016): 72–100. Available from: <https://revistas.unievangelica.edu.br/index.php/fronteiras/article/view/2045>

Fundação João Pinheiro Oficial. “Características socioeconômicas da RGInt de Ipatinga.” YouTube vídeo, 2:07:19. Postado em 2021. Available from: https://www.youtube.com/watch?v=CPsXnx5j_-Y.

Herbelin, Alice. “*Ecologie territoriale et trajectoires de transitions: le cas du Rhône-Médian*.” Tese de Doutorado, Université Grenoble Alpes, 2018.

IBGE. *Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e intermediárias: 2017*. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Available from: https://www.ibge.gov.br/apps/regioes_geograficas/#/home.

IBGE. *Mapa da Área de Aplicação da Lei n. 11.428 de 2006*. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Available from: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=65715&view=detalhes>.

Instituto Estadual de Florestas. “Portaria IEF nº 126, de 24 de novembro de 2020.” Available from: <http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=52924>.

———. “Portaria nº 32 de 12 de maio de 2016.” Minas Gerais, 14 de maio de 2016.

Lamounier, Karla Cristine Coelho. “*Território, conflito e regulação: o Parque Estadual do Rio Doce entre a conservação e o desenvolvimento*.” Dissertação de Mestrado, Universidade Vale do Rio Doce, 2017.

Lodder, Celsius A. “O processo de crescimento urbano no Brasil.” *Pesquisa e Planejamento Econômico* 7, no. 2 (ago. 1977): 459–476.

Martins, Marília Aparecida, et al. Parque Estadual do Rio Doce: possíveis contribuições para a qualidade de vida no entorno. *Diálogos Possíveis*, 24, no. 1, (jan-jun-2025):327-340. Available from: <https://revista.grupofaveni.com.br/index.php/dialogospossiveis/article/view/1934/1156>

Mifarreg, Iesmy Elisa Gomes, et al. “Concessão do parque estadual do rio doce: análise jurídica e conflitos ambientais.” *Anais do 10º CONINTER*, Niterói (RJ), 2021. Available from: <https://www.even3.com.br/anais/xc22021/438727-concessao-do-parque-estadual-do-rio-doce--analise-juridica-e-conflitos-ambientais>.



- Raffestin, Claude. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática, 1993.
- Rocha, Lissandra Lopes Coelho, et al. *Conversas sobre reparação de direitos no rompimento da barragem da Samarco*. Governador Valadares: Univale Editora, 2021. Available from: <http://www.pergamum.univale.br:8080/pergamumweb/vinculos/000002/00000226.pdf>.
- Santos, Elisangela Maria Barbosa. “O parque e a estrada: conservação e desenvolvimento na história do Parque Estadual do Rio Doce (1944–1993).” Tese de Doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais, 2015.
- Santos, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teórico e metodológico da geografia*. São Paulo: Hucitec, 1988.
- Sousa, Claudiane Aparecida de. “Conflitos ambientais: uso e ocupação do solo na zona de amortecimento do Parque Estadual do Rio Doce.” Dissertação de Mestrado, Universidade Vale do Rio Doce, 2017.
- Souza, Marcelo Lopes de. *Ambientes e territórios: uma introdução à ecologia política*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.
- Souza, Felipe de, et al. “Observatório das metropolizações Vale do Aço”. *X Seminário de Iniciação Científica do Instituto Federal de Minas Gerais – IFMG, campus Bambuí, 2022*. Available from: https://sistemas.bambui.ifmg.edu.br/open_conference/index.php/sic/sic2022/paper/view/523.
- . *Os conceitos fundamentais da pesquisa socioespacial*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2021.
- Strauch, Ney. *Zona Metalúrgica de Minas Gerais e Vale do Rio Doce*. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1958.